

**Grave Denúncia do Sertanista Vilasboas:**

**ESTÃO VENDENDO AS TERRAS QUE A CONSTITUIÇÃO DEU AOS ÍNDIOS**

O Sr. Arquimedes Lima, Presidente da Fundação Brasil Central, em Companhia de um irmão, põe à Venda Terrenos Que Eles Mesmos Demarcam, Anunciam e Mostram Para Candidatos de um Escritório Ilegal Que Montaram em Cuiabá — "A Fundação Brasil Central Não Resistirá a Inquérito Algum", Exclama Vilasboas — A História de Verbas e Trilhos Que Desapareceram e Viraram Mistério

— "Toda essa agitação que se faz hoje, com afirmações mentirosas e infâmias, para levar ao descrédito o esforço e a abnegação de sertanistas como nós, não têm um objetivo confessável. E' que se procura envolver com uma cortina de fumaça, as graves irregularidades que marcam a atual administração da Fundação Brasil Central" — observou de início à reportagem o Sr. Orlando Vilasboas, para acrescentar:

— A Fundação Brasil Central, pelos desmandos que vem cometendo o Presidente Arquimedes Lima, não pode resistir a inquérito, pois está atolada no mais desconcertantes descabros.

O Sr. Orlando Vilasboas expõe, ao Reporter, as razões que deram motivo a publicações contra os elementos de prôa da Expedição Roncador Xingu.

— Estamos sendo alvo de uma campanha infame, só porque denunciámos e combatemos a liquidação das terras dos formadores do Xingu, levada a efeito pelos responsáveis pela Fundação Brasil Central. A atual administração desse órgão, que pratica tão criminoso comércio — vendendo terras que a Constituição assegura aos índios — não nos perdoa, ainda porque nossos nomes estão ligados, definitivamente, à iniciativa de criação de um Parque Indígena do Xingu. Assim, obstáculos, que somos, para os desatinos do atual presidente da Fundação, estamos pagando, publicamente, um tributo caro porque não compactuamos com crimes de outros, nem deixamos que se macule a nobre missão de amparo aos silvícolas...

**A Luta da Fundação Contra o Parque Indígena**

— "O Parque Indígena do Xingu virá assegurar aos índios a posse da terra em que vivem e ao Brasil, assegurará uma reserva naturalística, conservando-lhe a flora e a fauna em processo de extensão no restante do território nacional. Nada pode o presidente da Fun-



Vilasboas, acusa

dação alegar contra o projeto do Parque, que salvaguardaria os indígenas xinguanos de uma expolição inominável. E enquanto o Sr. Acir Pereira Lima, irmão do presidente da F. B. C., mantém em Cuiabá um escritório especializado na venda das terras do Xingu, — escritório que oferece aos candidatos à compra as facilidades para sobrevoar a região, a garantia de demarcação e posse das terras adquiridas — o Presidente Arquimedes Lima vai, de investida, contra todos os funcionários da Fundação que trabalham pela aprovação do projeto do Parque Indígena.

Mas o Sr. Arquimedes acha pouco voltar-se contra os seus funcionários. Fêz mais, tentando envolver numa campanha sordida zelosos oficiais da A. B., aos quais aquela instituição deve o sucesso de seus principais empreendimentos. Até mesmo o Major Leal Neto, que foi sempre um dos sustentáculos das turmas de desbravamento, por quem inclusive expôs muitas vezes a própria vida, até mesmo o abnegado Major Leal Neto não escapou à fúria do Sr. Arquimedes.

**A Fundação Não Pode Prestar Contas**

Repete com ênfase o Sr. Orlando Vilasboas:

— A Fundação Brasil Central não resiste a inquérito algum, pois está manchada pelos desmandos do seu atual presidente, Ficaria, tenho a certeza, embaraçada para prestar contas, ao Tribunal, da verba de vinte e três milhões de cruzeiros que a administração anterior conseguiu pelo decreto n. 1.111 de agosto de 1950. Era a verba destinada a trabalhos de desbravamentos, consolidar os campos de aviação já abertos, no rio Tapajós. Mas essas obras foram paralisadas, e deixadas ao abandono.

Não pára aí o embaraço. E' do conhecimento de todos o escândalo da aquisição de trilhos e materiais para a Estrada de Ferro Tocantins. Cerca de três mil e oitocentos cruzeiros foram aplicados em tal compra, a fatura foi paga, mas até hoje o material não foi recebido. O que ainda se torna mais grave é que, a despeito de compra tão vultosa, não tenha a entidade aberto, como determinam os estatutos, a devida concorrência pública para estudos de um melhor orçamento.

**Em Busca de Sensacionalismo Publicitário**

— E fácil, desse modo, perceber-se a preocupação de publicidade que anima o grupo difamante. Em dez anos de serviços prestados à Fundação, só agora, pela primeira vez, experimentamos o dissabor de uma difamação. Somos agora, pela primeira vez, apontados à opinião pública como homens que aproveitam a situação privilegiada de funcionários para explorar a ingenuidade de mulheres indígenas.

Tudo isso se resume em um propósito desonesto de encobrir o que de fato existe de pernicioso e grave, sob os auspícios de uma administração duvidosa, na Fundação Brasil Central. Vários jornalistas brasileiros e do exterior, profissionais habituados à missão de zelar pelas instituições públicas do país, entre os quais Emar Morel, José Medeiros, José Montenegro, Arlindo Silva e tantos outros — tiveram ensejo de testemunhar, em convivio conosco, em nossa intimidade, todos os erros e virtudes de nosso esforço. Jamais tiveram eles uma só palavra de censura que compromettesse nossa dignidade à frente do que, por ideal, realizamos em proveito dos indígenas.

**As Comissões do Senado Concluem o Estudo do Serviço Social Rural**

Contra os votos dos Srs. Ferreira de Sousa, Alberto Pasqualini, Alfredo Neves e Plínio Pompeu, a Comissão de Finanças do Senado aprovou, ontem, o parecer do Sr. Apolônio Sales contrário ao artigo quatorze do projeto de lei que cria o Serviço Social Rural, que inclui o SESI, SESC e SENAI na categoria de autarquia, a fim de ficarem sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas.

Os debates em torno do assunto estiveram acalorados e se prolongaram até o cair da noite, quando foi concluída a votação do projeto, que deverá subir a plenário, pois já conta com pareceres dos demais órgãos técnicos.